

ForGrad Nordeste 2014

Petrolina, 16 de maio de 2014

Regulação e avaliação do ensino superior: realidades distintas, a mesma métrica

Edilene Rocha Guimarães

Instituto Federal de Pernambuco – Brasil

E-mail: edilene.guimaraes@reitoria.ifpe.edu.br



Regulação e avaliação do ensino superior: realidades distintas, a mesma métrica

Pressuposto

Avaliar é promover no coletivo a permanente reflexão sobre os processos e seus resultados, em função de objetivos a serem alcançados (Freitas, 2009, p.78).

Finalidades da Avaliação

DIAGNOSTICAR



CONHECER / REFLETIR



AGIR / RE – AGIR



PLANEJAR / RE– PLANEJAR



Avaliar para mudar e qualificar os processos

PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

Holística (propiciar conhecimento do todo);

Participativa (buscar o engajamento dos atores);

Ética (pautada em valores acadêmico-científicos);

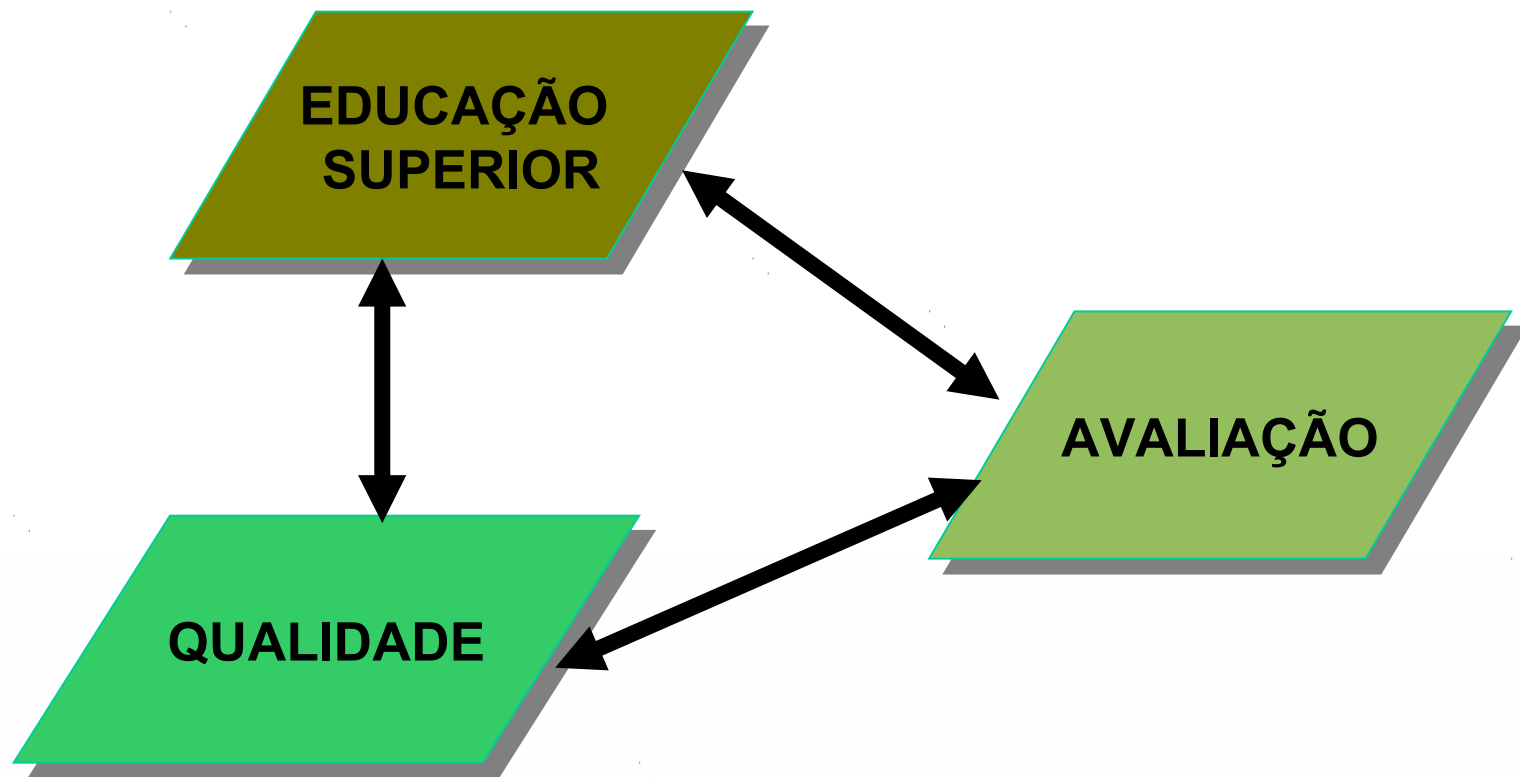
Sistemática (ter ciclo regular);

Iluminadora (geradora de novos conhecimentos);

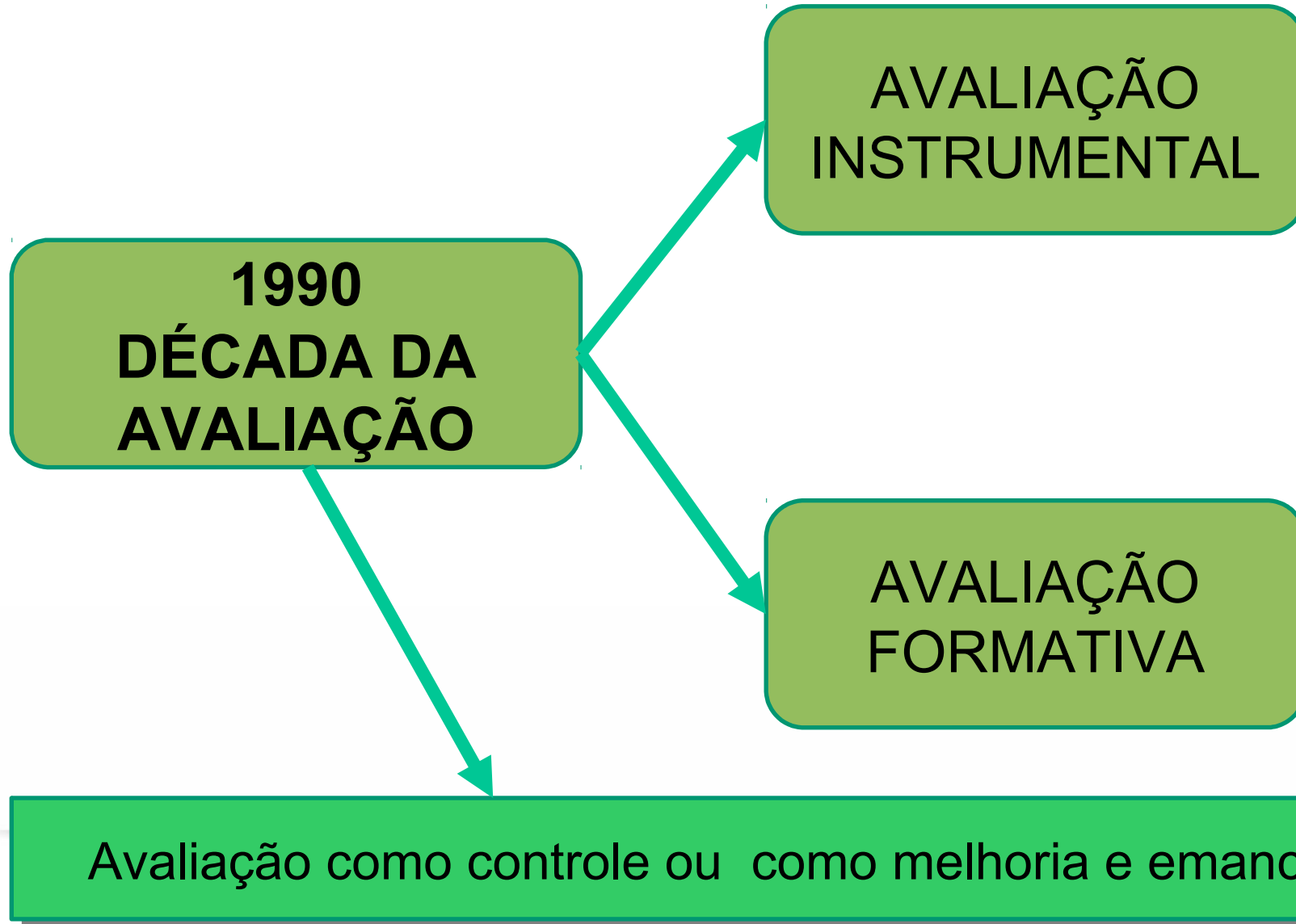
Pedagógica (propiciar reflexão coletiva acerca dos conhecimentos gerados);

Indutora (gerar novos comportamentos individuais e nova consciência coletiva).

A avaliação é definida considerando-se os objetivos que ela persegue ou as tarefas que lhes são atribuídas.



AVALIAÇÃO PARADIGMAS EM CONFLITO



AVALIAÇÃO INSTRUMENTAL

Subsídio indispensável no momento das
Reformas e Políticas Educacionais

ENC

Exame Nacional de Cursos

ACE

Análise das Condições de Ensino

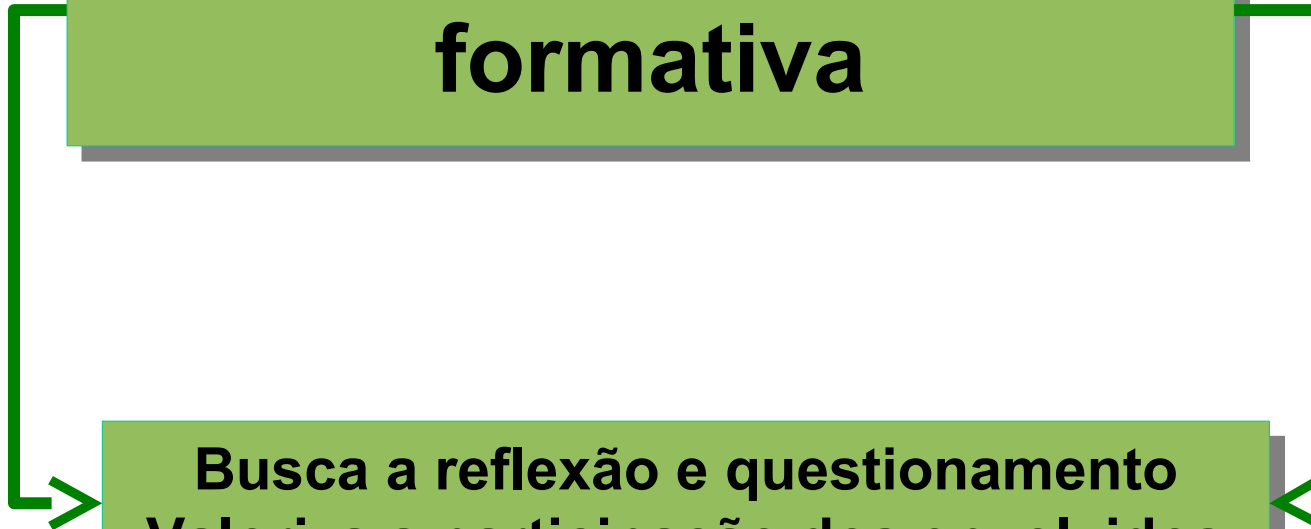
Medir de modo objetivo as instituições e
averiguar competências e habilidades
profissionais.

Ajustar a educação as necessidades de
produtividade e competitividade

AVALIAÇÃO DEMOCRÁTICA



Tem uma função formativa

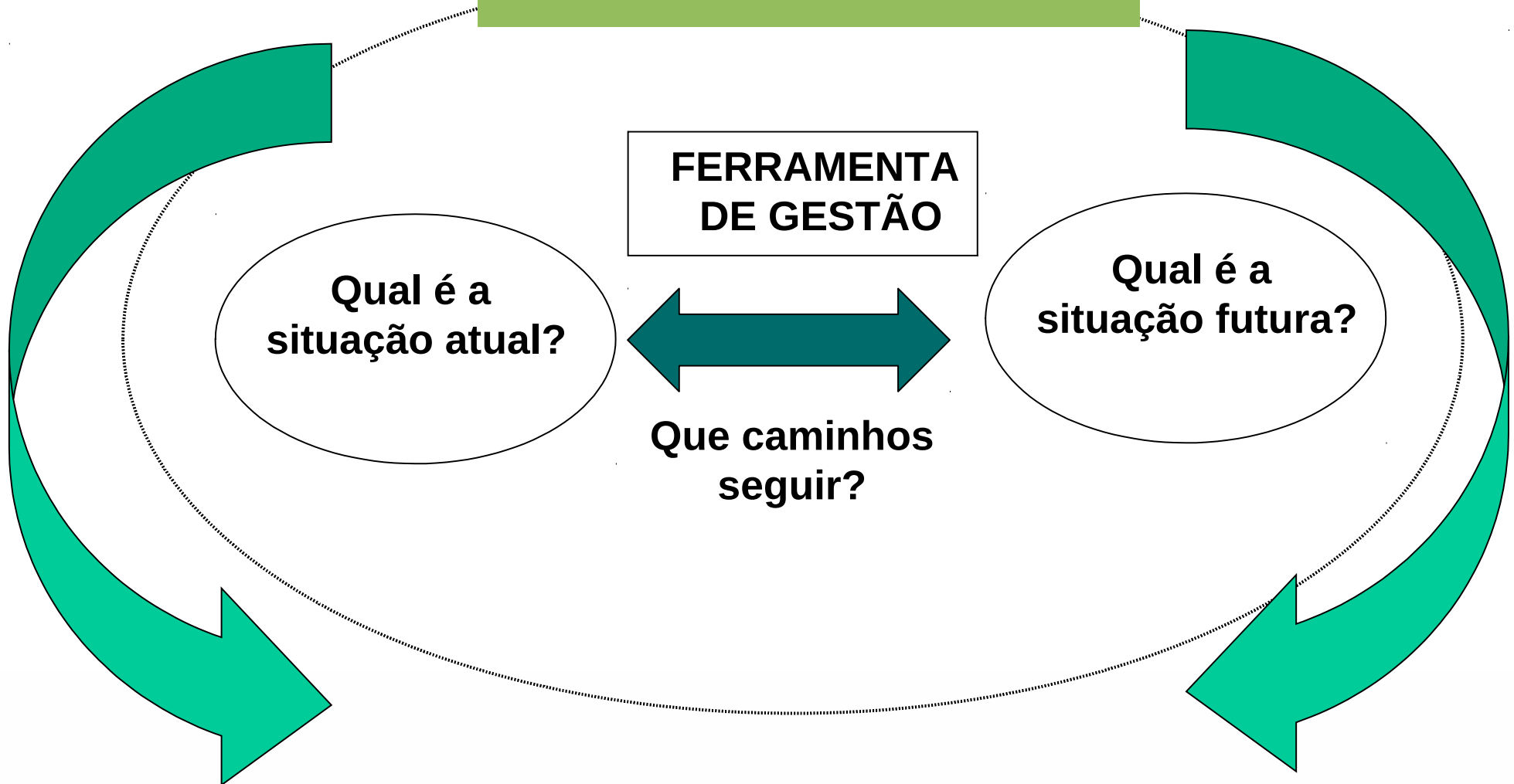


**Busca a reflexão e questionamento
Valoriza a participação dos envolvidos**



Tem como objetivo melhorar e desenvolver o objeto em foco

AVALIAÇÃO



A auto-avaliação como instrumento de auto-controle da realidade institucional e do seu planejamento.

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

Formativa

- Aprendizagem, diagnóstico, ações.

Processual

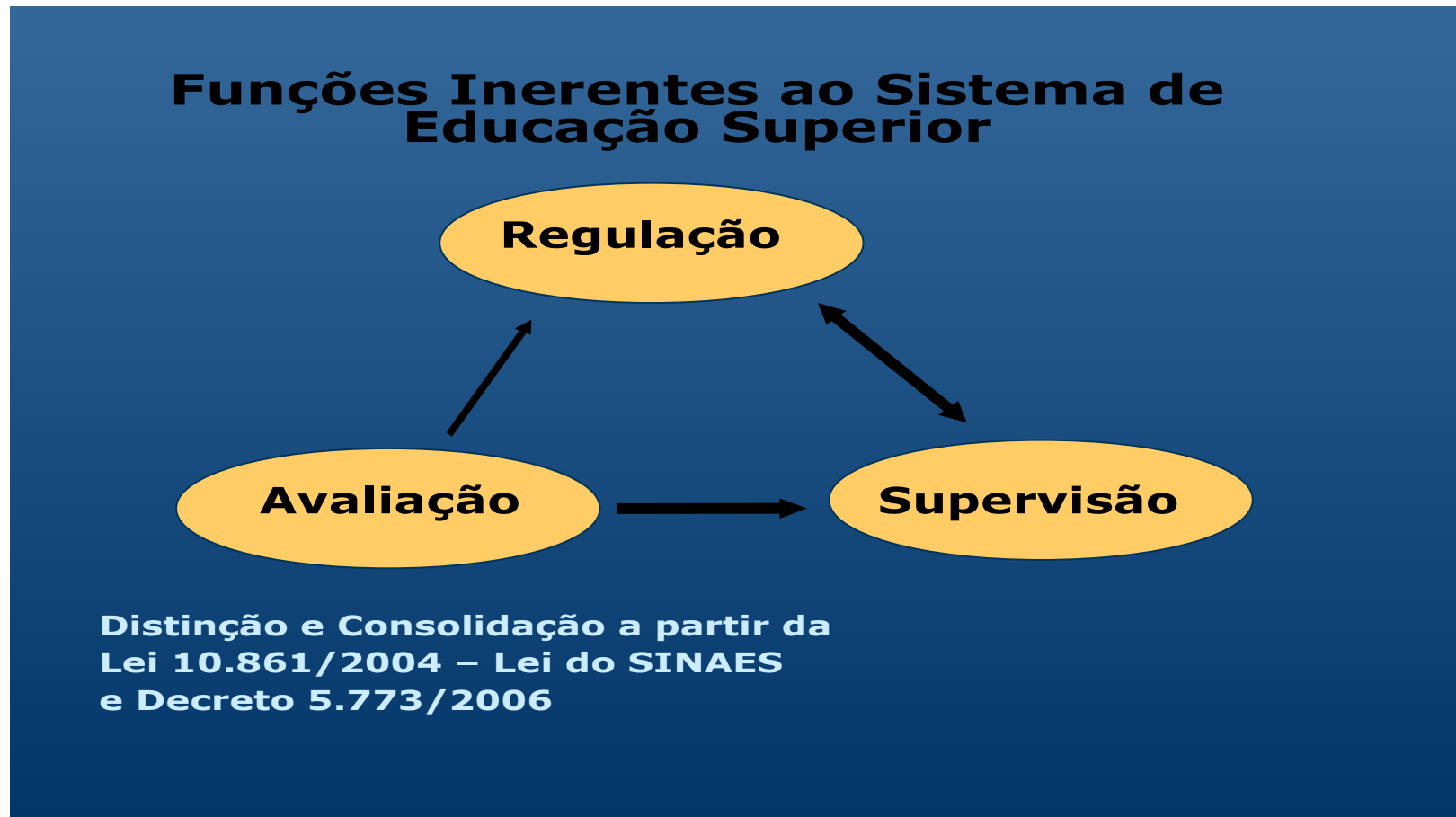
- Prática evolutiva, sistêmica, integrada.

Emancipatória

- Produz autoconhecimento, construção e reconstrução para uma cultura de avaliação com permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social

DECRETO Nº 5.773, DE 9 DE MAIO DE 2006

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.



Regulação

Realizada por meio de atos administrativos autorizativos do funcionamento de instituições de educação superior e de cursos de graduação.

Supervisão

Realizada a fim de zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável.

Avaliação

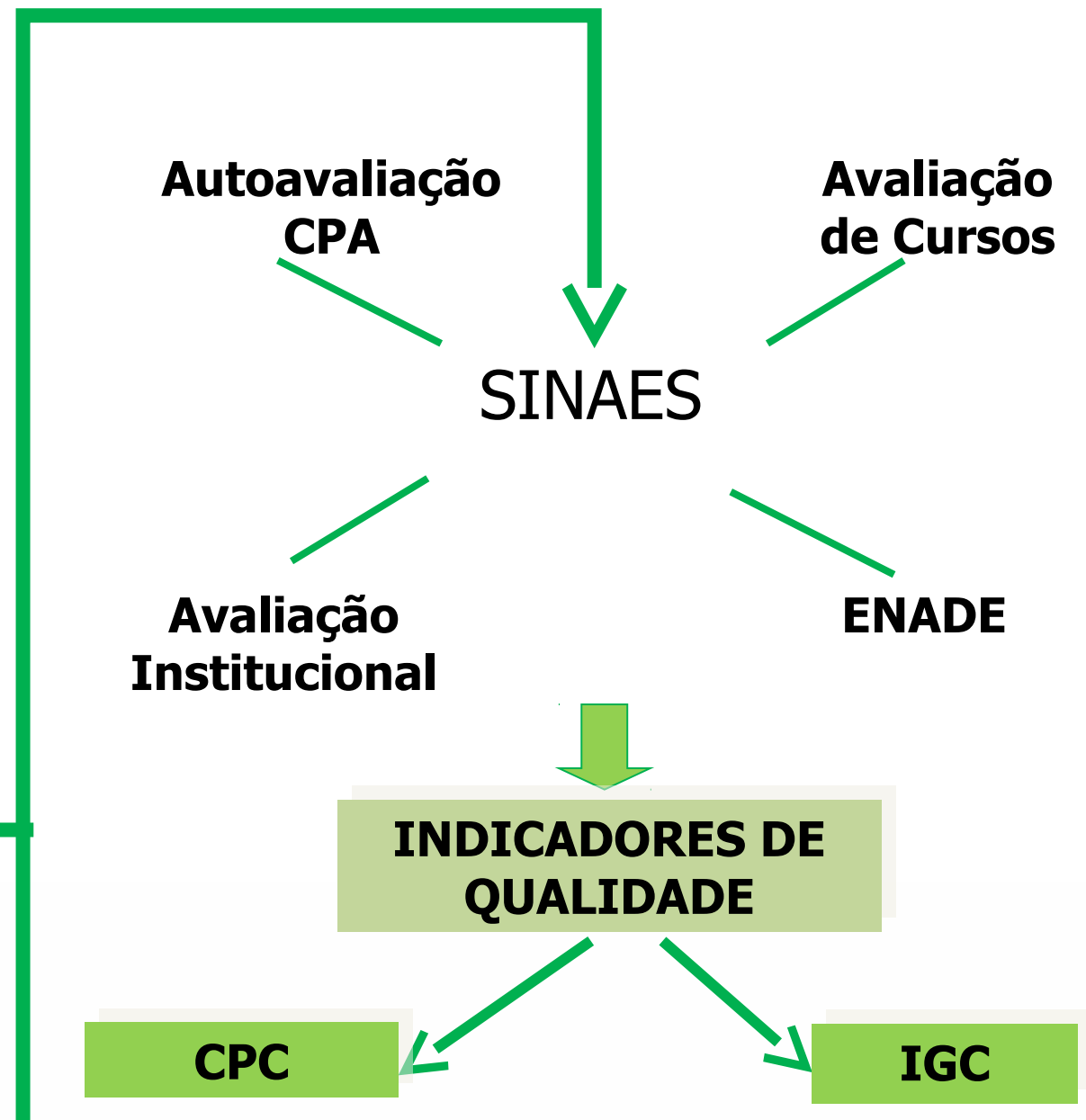
Realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, constitui referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade.

LEI No 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004

Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

SINAES
Tem como eixo estruturante uma concepção global de avaliação.



O SINAES ampliou o foco da avaliação ao incluir de forma integrada, a avaliação institucional, avaliação dos cursos e ENADE, e representou uma mudança paradigmática da política pública em relação aos programas anteriores que promoviam a competitividade em detrimento de uma avaliação mais formativa.

É possível afirmar que continua a haver um clima favorável à avaliação institucional como processo contínuo de aprimoramento, nas suas dimensões interna e externa, faltando, entretanto, avançar ainda na construção de uma síntese compatível com o processo vivenciado internamente, em cada IES, a ser tornada pública, periodicamente, e que possa orientar efetivamente decisões institucionais e do Estado. A melhoria da qualidade da educação superior precisa, portanto, orientar políticas de expansão de sua oferta e promover o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES (Weber, 2010).

Etapas da Avaliação das Instituições de Educação Superior

- **Auto-avaliação:** coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- **Avaliação externa:** realizada pelas comissões designadas pelo MEC/INEP
- **Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG):** visitas *in loco* de comissões externas.
- **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)**

Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e está relacionada:

- à melhoria da qualidade da educação superior;
- à orientação da expansão de sua oferta;
- ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Avaliação Institucional

Autoavaliação

Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da auto-avaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Avaliação externa

Realizada por comissões designadas pelo Inep, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das auto-avaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

Funções:

Coordenar e articular o processo interno de avaliação da IES;

Composição

Representantes de todos os segmentos da comunidade universitária e também da sociedade civil organizada.

AVALIAÇÃO INTERNA AUTO – AVALIAÇÃO CPA

***Sensibilização
da comunidade***

***Coleta dos dados
Produção das
informações***

***Análise e
interpretação
Diagnóstico***

Socialização dos Resultados

***Utilização dos Resultados
Re-planejamento das ações***

PORTARIA NORMATIVA Nº 40, **DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.
(<http://emec.mec.gov.br>)

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA

Brasília, janeiro de 2014

Subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica (presencial).

Concepção do Instrumento

Busca atender à ***diversidade do sistema*** de educação superior e respeitar a ***identidade das instituições*** que o compõem. Considera, assim, as ***especificidades das diferentes organizações acadêmicas***, a partir do foco definido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos processos de avaliação institucional (interna e externa).

O instrumento está organizado em cinco eixos, contemplando as dez dimensões do Sinaes:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional:

considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um ***Relato Institucional*** que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

O Relato Institucional é uma inovação

Consiste em um documento que deve ser organizado da seguinte forma: *relato avaliativo do PDI; síntese histórica dos resultados dos processos avaliativos internos e externos da IES e síntese histórica do planejamento de ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações.*

REGULAR E AVALIA O QUE?

Realidades distintas, a mesma métrica.



A Realidade dos Institutos Federais (IF)

Lei 11892/08 | Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são ***equiparados às universidades federais.***

O Contexto dos Institutos Federais

- Criação dos IFs – dezembro de 2008
- Solicitação de Recredenciamento – dezembro de 2013 (05 anos de criação).
- Três IFs passaram por Processo de Recredenciamento antes dos cinco anos de criação. O INEP tomou por base os CEFETs que originaram esses IFs.
- O IFPE passou por Processo de Recredenciamento em 2011, após 02 anos de sua criação. Prejudicado no ciclo e nos resultados da avaliação.

Carta de Brasília FDE/CONIF, de 26 de março de 2013.

Assunto: Adequação dos instrumentos de avaliação institucionais externa às finalidades e especificidades das instituições integrantes da rede Federal

a) Instrumentos de avaliação institucional externa:

A análise do instrumento de avaliação institucional externa, à luz das finalidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, coloca em questionamento a aplicabilidade do instrumento para a avaliação institucional dessas instituições, dado que não afere elementos essenciais das finalidades, objetivos e estrutura organizacional da Rede Federal, definidos na Lei n. 11.892 de 28 de dezembro de 2008, tais como:

Avaliação Externa de Institutos Federais de Educação Tecnológica - 2011 a 2013

Avaliações finalizadas, por ato autorizativo e conceitos

Recredenciamento

Conceitos	Quantidade	Quantidade (%)
1	0	0
2	1	14
3	3	43
4	3	43
5	0	0
Total	7	100

- I) A Rede Federal é integrada por instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, não existindo a figura do *campus* sede. Entretanto a visita *in loco* tem sido direcionada à Reitoria, que é o órgão de administração central, e não aos *campi*, onde são desenvolvidas as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. É necessário que a visita *in loco* se dê nos *campi* e na Reitoria, estabelecendo-se um percentual de *campi* a serem avaliados.
- II) A oferta do ensino nas instituições que integram a Rede Federal é verticalizado, buscando a otimização dos recursos humanos e materiais, o que implica a necessidade da avaliação da atuação docente nos diversos níveis e modalidades de ensino.

b) Capacitação dos Avaliadores

No sentido de contribuir para a compreensão da identidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o FDE/CONIF sugere:

- I) inserir no processo de capacitação dos avaliadores o conhecimento das finalidades e especificidades da Rede Federal;
- II) investir na formação de corpo de avaliadores provenientes da Rede Federal;
- III) assegurar a capacitação de docentes da Rede Federal inscritos no Banco de Avaliadores – BASis, para atuarem nas comissões de avaliação institucional e de cursos.

c) Representatividade da Rede Federal nos órgãos envolvidos na Avaliação da Educação Superior

O FDE/CONIF pleiteia que seja garantida a representatividade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica nos órgãos responsáveis pela elaboração das políticas de avaliação da educação superior, tais como Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA), e demais órgãos decisórios.

Depoimentos em 13/05/2014

1. Pelo menos para nós do IFPI, não houve esse atendimento, salvo a visita ao nosso maior Campus. No entanto, soubemos que os avaliadores passaram por um capacitação. Não para tratar dos IFs mas para conhecer o novo instrumento de avaliação institucional. E, sim, alguns deles não conseguem compreender a nossa peculiaridade de estrutura multicampi e pluricurricular.

2. Ainda não fomos (IFRN) visitados pelo INEP. Estamos no aguardo. Discutimos em Manaus este tema e observei que os procedimentos não são uniformes. Cada comissão tem uma metodologia de avaliação.

BIBLIOGRAFIA

FREITAS, L. C.; SORDI, M. R. L.; MALAVASI, M. M. S.;
FREITAS, H. C. L. *Avaliação Educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOBRINHO, José Dias. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da Educação Superior*. São Paulo: Cortez, 2003.

WEBER, Silke. Avaliação e regulação da educação superior: conquistas e impasses. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1247-1269, out.-dez. 2010 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

INEP. <http://www.inep.gov.br/>